



## **Planejamento territorial popular na comunidade Maria Rosa do Contestado, Castro (PR), um caminho possível para a reforma agrária rumo a uma reforma agrária popular e agroecológica.**

*Popular territorial planning at the Maria Rosa do Contestado community, in Castro (PR), a possible path for the agrarian reform towards a agroecological popular agrarian reform.*

SOARES, Gustavo Steinmetz<sup>1</sup>; LAMBERT, Desirée<sup>2</sup>; PIOLI, Bruna<sup>3</sup>; MARQUES, Robert<sup>4</sup>;

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa de Pós-Graduação em Geografia, coletivo PLANTEAR/ENCONTTRA-UFPR, guguisbrow@gmail.com; <sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná, (UFPR) coletivo PLANTEAR/ENCONTTRA-UFPR, desireelambert27@gmail.com; <sup>3</sup> Universidade Federal do Paraná, bruna\_pioli@outlook.com; <sup>4</sup> Universidade Federal do Paraná, roberto85am@gmail.com;

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA**

#### **Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia**

**Resumo:** O Coletivo PLANTEAR (Planejamento Territorial e Assessoria Popular) é formado por grupos de extensão na Universidade Federal do Paraná (UFPR) da Geografia, da Arquitetura, do Direito e do Planejamento Urbano. Os projetos acontecem em contextos de conflitos territoriais no meio urbano e no meio rural. Atuando na produção de estudos técnicos que auxiliam no âmbito de processos judiciais e na construção colaborativa de planejamentos territoriais junto a comunidades e movimentos sociais. Em atuações com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) o grupo trabalhou com comunidades que têm uma proposta territorial baseada na agroecologia e produção orgânica de alimentos, que desafia os padrões convencionais e institucionais de planejamento. A Comunidade Maria Rosa do Contestado, no município de Castro (PR), se consolidou em uma área de disputa onde o planejamento territorial popular materializou a possibilidade de um projeto baseado na Reforma Agrária Popular.

**Palavras-Chave:** desenho territorial; mediação aberta; plantear; mst.

#### **Contexto**

Inserido de forma articulada entre projetos de extensão da Universidade Federal do Paraná, cujos grupos de pesquisa conformam o coletivo PLANTEAR, o processo de Planejamento Territorial Popular na comunidade Maria Rosa do Contestado aconteceu em uma fazenda ocupada no município de Castro (PR). O município é conhecido nacionalmente pela produção de gado leiteiro (DIAS e FAJARDO, 2019), mas também possui extensa produção de soja e milho (transgênicos) dedicados à exportação (PONTES *et al.*, 2020<sup>1</sup>). Desde os anos 2000 a fazenda, que é uma área da União, vinha sendo ocupada de forma irregular por

---

<sup>1</sup> Durante o processo judicial que tratava do conflito na área foi solicitado pela Defensoria Pública da União ao coletivo PLANTEAR por meio da UFPR, a realização de estudos técnicos para ampliar o debate jurídico do conflito.



uma instituição de pesquisa privada, a Fundação ABC (com ordem de despejo), para a pesquisa de uso de agrotóxicos e grãos transgênicos, tendo um centro de formação na área, o CTP (Centro de Treinamento Pecuarista). Diante da situação irregular, em 2014 o INCRA manifestou interesse na área para fins de reforma agrária, destino prioritário para as áreas da União<sup>2</sup>. Em 2015 a fazenda foi ocupada com uma nova proposta de uso, baseada em princípios da agroecologia, voltada para produção de alimentos orgânicos.

Em poucos anos a comunidade Maria Rosa do Contestado, sem nenhum programa de incentivo do governo, consolidou um projeto de agricultura familiar voltado à produção de alimentos saudáveis, que abastece o município e a região, que foi essencial nas ações de solidariedade do MST, durante o período da pandemia, sendo reconhecida publicamente na câmara municipal do município<sup>3</sup>. Com uma produção orgânica 100% certificada<sup>4</sup>, produção de sementes crioulas<sup>5</sup>, uma cooperativa gerenciada pelas mulheres da comunidade<sup>6</sup>, uma agroindústria certificada, a comunidade Maria Rosa do Contestado consolida um projeto socioambiental, que implementa princípios agroecológicos, de sociobiodiversidade, em meio a uma extensa área de produção de soja e milho transgênicos baseada na monocultura de produção, de cultura e de pensamento.

A riqueza e a diversidade são refletidas no processo de planejamento territorial popular e no desenho territorial que, por sua vez, vão se diferenciar da lógica de planejamento convencional, esse baseado na lógica “quadrado burro” que reflete uma malha ortogonal sobre o terreno, “ignorando elementos naturais e os elementos potenciais de solidariedade, ajuda mútua e cooperação.” (HARO *et al.*, 2018, p.146). O processo do planejamento territorial popular na comunidade, iniciado em 2021, durou um ano e meio, com oficinas e encontros realizados num período mensal, tendo como resultado final uma proposta de organização territorial que tem gerado impressões positivas por diversos grupos institucionais, inclusive o INCRA-PR destaca que a proposta se mostra como uma possibilidade de caminho alternativo para a Reforma Agrária. Esse processo foi co-produzido pela comunidade, desde um projeto agroecológico voltado à produção de alimentos saudáveis, e a extensão universitária, de caráter popular e comprometida com o projeto da comunidade.

Pereira *et al.* (2020) relatam uma experiência de planejamento territorial popular feita pelo PLANTEAR, em 2019, na comunidade Padre Roque Zimmermann, também organizada desde o MST, e município de Castro (PR). O

---

<sup>2</sup> Conforme o Artigo 188 da Constituição Federal.

<sup>3</sup> Em maio de 2020 a comunidade recebe voto de Congratulações da Câmara Municipal de Castro-PR em virtude das doações de alimentos orgânicos de comunidades de Castro e Ponta Grossa. Mais em: <https://www.castro.pr.leg.br/institucional/noticias/2020/camara-aprova-votos-de-congratulacoes-a-exemplos-de-solidariedade>

<sup>4</sup> Em março de 2020, a área total do acampamento adquiriu certificação de produção 100% Orgânica pela Associação Ecovida de Certificação Participativa, cinco anos após a ocupação sem utilização de agrotóxicos e/ou transgênicos, o processo de certificação ocorreu com assistência do laboratório LAMA (Laboratório de Mecanização Agrícola) da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa).

<sup>5</sup> A comunidade produziu e distribuiu sementes no âmbito do Projeto Emergencial de Conservação e Multiplicação da Agrobiodiversidade (PECMAP), realizado pela Rede de Sementes Agroecológicas (ReSA) com aporte do Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR).

<sup>6</sup> Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado (Coofran), criada em 2016.



desenho do planejamento, como produto final do processo evidenciou um significado amplo, sendo mais “que um desenho em 2D, ele representa um diálogo ativo sobre a construção comunitária de um assentamento que tenta integrar profundamente o ambiente” (FALCADE-PEREIRA et al., 2020, p.7). Assim se destaca a importância do processo dentro da ideia de uma Reforma Agrária Popular do MST, onde a Agroecologia é incorporada, onde os “princípios do cuidado com a natureza e com os outros, o fortalecimento da organicidade e da autonomia e a relacionalidade de todos os aspectos assumem forma no território” (PEREIRA et al., 2020, p.7).

No programa da Reforma Agrária Popular, o MST anuncia a busca por soluções estruturais no Brasil, para o enfrentamento “a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano” (MST, 2014). Da mesma maneira, o planejamento territorial popular acompanha “as experiências concretas nos acampamentos e assentamentos [que] já estão desbordando [, no sentido que amplia ou transborda,] a forma em que o MST propõe o planejamento no documento aprovado em 2014.” (PEREIRA et al., 2020, p.15). A perspectiva agroecológica, no movimento, se destaca em práticas diversas multi-escalares, onde se configuram “inter-relações entre elementos ambientais (ciclos minerais, transformações energéticas, processos biológicos), sociais, políticos, culturais e econômicos [que] são estudadas em conjunto.” (CUNHA, 2017, p.185).

O processo de planejamento territorial popular ocorre desde uma postura metodológica aberta e compromissada com a comunidade e seu modo de organização. Não diferente de uma prática agroecológica conversa com várias dimensões do local sem se prender a modelos padronizados, estando aberto para a inovação e criação desde os saberes autônomos da comunidade. Envolve participação ativa e colaboração entre pesquisadores-mediadores-extensionistas e a comunidade envolvida no processo, que acontece em um movimento cíclico de planejamento, ação, observação e reflexão, buscando melhorar uma situação ou problema específico, co-produzindo conhecimento. Por isso permitir “*potencialidades abiertas nunca antes imaginadas en los procesos de investigación participativa es lo que la distingue de la investigación lineal, estructurada y enfocada en los resultados*” (PEARCE, 2018, p.368).

## Descrição da Experiência

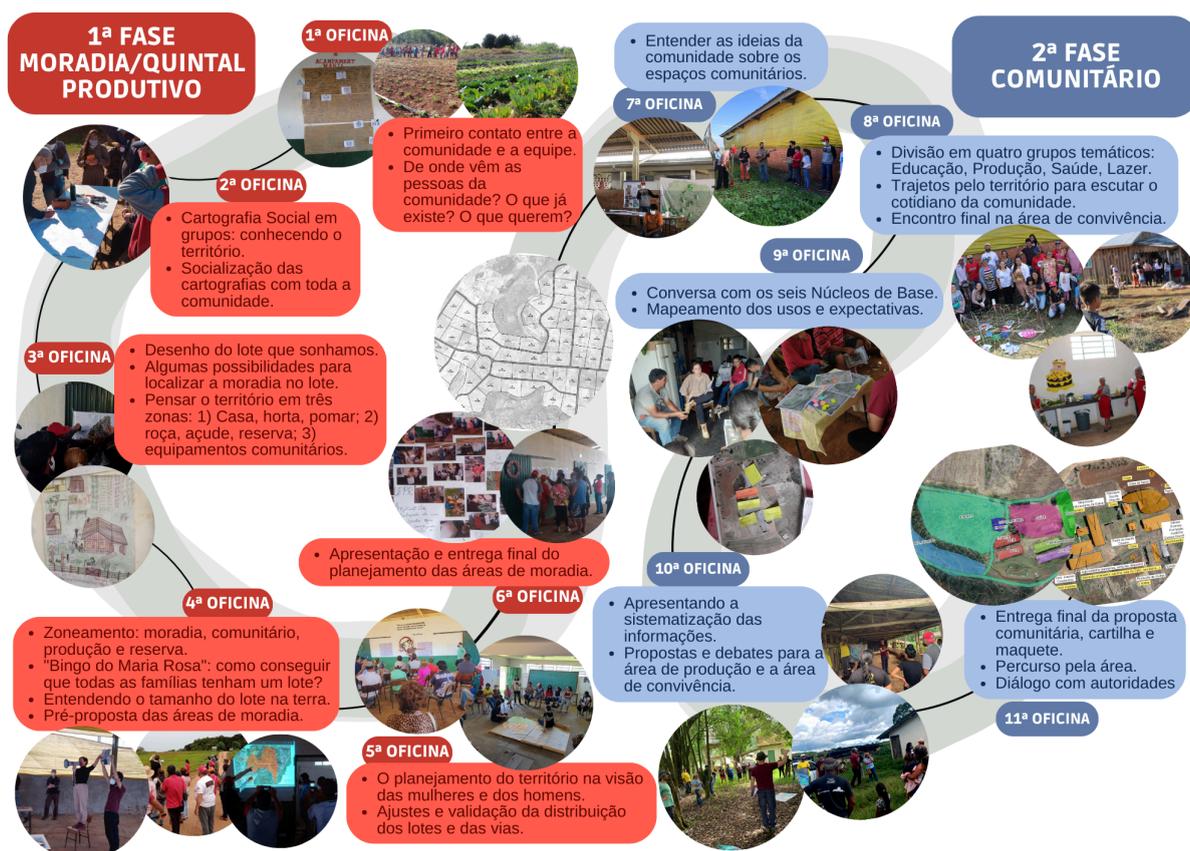
O planejamento territorial popular na comunidade Maria Rosa do Contestado aconteceu em duas fases, no período de um ano e meio. Foram 6 oficinas-encontros realizados entre a equipe e a comunidade para planejar as áreas de moradia e 5 oficinas-encontros para planejar as áreas comunitárias. Cada oficina envolve uma prática específica que busca a construção conjunta dos entendimentos e consensos, sendo estruturadas previamente considerando saberes da agroecologia, da permacultura, ambientais, sociais, de gênero, de idade, de produção, de localização, econômicos e territoriais que, inter-relacionados entre si e o seu contexto, tornam o processo vivo, manifestando possibilidades localizadas do planejamento territorial.



Ao longo dos encontros mensais, cruzaram-se metodologias colaborativas como cartografia social e rodas de conversa, e técnicas de análise de geoprocessamento. A cada oficina levavam-se propostas e sistematizações para iniciar o diálogo com a comunidade. A etapa comunitária aconteceu em duas áreas, uma de produção, com agroindústria, galpão de máquinas, cooperativa, cozinha comunitária, depósitos, etc. E outra para saúde, educação, lazer, religiosidade e uso de áreas de florestas e açudes, com menor atenção que as anteriores.

Nas idas e vindas entre as oficinas surgiam cada vez mais perguntas e percepções do que certas, complexificando o processo a cada etapa, onde as respostas e propostas desde as sistematizações levadas para a comunidade em cada oficina eram transformadas em outras. A Figura 1 sintetiza as oficinas e o processo.

Figura 1 - Sistematização das oficinas no planejamento territorial popular na Comunidade Maria Rosa do Contestado.



Fonte: Informações sistematizadas pelo coletivo PLANTEAR, 2022.

No processo se percebeu que a lógica por trás de um PDA (plano de assentamento, etapa que ocorre na implementação de assentamento) prioriza um desenvolvimento econômico, alheio à realidade e fechado a alternativas, que favorece um uso da terra na lógica da monocultura. Estudos de laudos agroeconômicos (presente nos autos do processo administrativo número



54200.000914/2012-95 que trata do conflito em questão), produzidos pelo INCRA um ano antes do acampamento, avaliaram a área para um projeto de assentamento de 20 famílias em áreas de 22 hectares para a produção leiteira. O custo da implementação de um assentamento nesses moldes inviabilizaria o mesmo.

Quando iniciou-se o planejamento territorial popular a demanda mais urgente apresentada desde a comunidade foi a implementação de áreas de moradia de 1 hectare, como quintais produtivos das famílias. O projeto consolidado pela já existente viabilidade na permanência da comunidade, desafiou a perspectiva convencional de planejamento.

## Resultados

O desenho territorial, produto final do processo, materializou a forma organizativa da comunidade em torno da proposta agroecológica e de produção de alimentos saudáveis, iniciada anos antes, que permitiu a sua consolidação no território. Sendo co-elaborado com a comunidade<sup>7</sup> num processo de escuta e de troca, com o pé no seu território, que permitiu o reconhecimento do projeto pela própria comunidade e também pelas instituições governamentais com o INCRA-PR, sendo reconhecida por este como um caminho que pode indicar uma alternativa para a política de Reforma Agrária.

Essa experiência pode contribuir como uma nova forma de mediação e abordagem inserida nessa política para que não seja mais construída distante do local e da comunidade que o habita ou vai habitar o mesmo, onde vai ser implantada, desconsiderando os agroecossistemas e as (inter)relações comunitárias de solidariedade que tecem o território. O processo mostra que essa aproximação precisa ser feita desde uma postura metodológica aberta e compromissada com a autonomia da comunidade, considerando seu projeto e os princípios agroecológicos. Isso faz com que o processo adquira esses aspectos.

Essa alternativa possível anunciada pelo planejamento territorial popular se dá diante de múltiplas possibilidades, onde a mediação entre o convencional, que já está posto, e a alternativa, acontece sob tensão e deslocamento constantes. Como um processo de transição agroecológica, onde técnicas, conceitos e métodos se misturam, da mesma forma, se dá o planejamento territorial popular como possibilidade na política de Reforma Agrária, numa possível transição para uma Reforma Agrária Popular e Agroecológica. Essa experiência também deixa um alerta sobre o planejamento, os saberes e técnicas convencionais que tendem a se sobrepor aos saberes locais, onde a mediação aberta pode prevenir que isso ocorra.

---

<sup>7</sup> Os autores e autoras do texto não refletem a totalidade de indivíduos que colaboraram com o processo, são apenas os que se propuseram, diante das possibilidades, a construir essa pequena síntese para compartilhar e dialogar com outros grupos e coletivos. Aqueles e aquelas que de alguma forma contribuíram no processo de planejamento territorial popular relatado somam, desde o coletivo PLANTEAR, entre alunas e alunos de graduação e pós-graduação e professoras e professores, 43 pessoas e, desde a comunidade Maria Rosa do Contestado, entre crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres, 149 pessoas.



## Referências bibliográficas

CUNHA, A. P. da. **Diálogos Entre Geografia e Agroecologia: Reflexões Sobre Território, Desenvolvimento e Colonialidade**. Terra Livre São Paulo, 2017, Ano 29, Vol.2, n 43 p. 170-205.

DIAS, Bruno Bonsanto; FAJARDO, Sergio. Articulações entre o Estado e o Cooperativismo Agrícola: Um estudo sobre as cooperativas de imigrantes holandeses nos Campos Gerais do Paraná. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 214-232, jan. 2019. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/53376/37563>>.

FALCADE-PEREIRA, Iara Beatriz; MONTENEGRO, Jorge; ANDREOLI, Marcelo Caetano; ALCÂNTARA, Renata Karolina. **Conflitos na reforma agrária e mundos possíveis no planejamento de um assentamento agroecológico no município de Castro-PR**. In: SANSOLO, D. G.; ADDOR, F.; EID, F. Tecnologia social e reforma agrária popular – vol.1. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2021.

Hora, Karla Emmanuela Ribeiro., Antônio, R., & Calaça, M. (2018). Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. Revista NERA, Presidente Prudente, 2019, v. 22, n. 49, p. 140-167.

MST. **Programa Agrário do MST - VI Congresso Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2013.

PEARCE, Jenny, et al. **“Avanzamos Porque Estamos Perdidos’.: Reflexiones Críticas Sobre La Co-Producción de Conocimiento.”** Prácticas OTRAS de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras. Tomo II, CLACSO, 2018, pp. 356–80. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/j.ctvn96g1f.18>. Acessado em 19 Junho 2023.

PONTES, Daniele Regina; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro; FARIA, José Ricardo Vargas; ANDREOLI, Marcelo; PAZELLO, Ricardo Prestes; SOARES, Gustavo Steinmetz; WASSMANSDORF, Vinícius Eduardo; ESTECHE, Bárbara Górski; LAMBERT, Desirée. **Estudo Técnico de Análise sobre Planejamento Compartilhado de Uso e Ocupação do Solo Área: Maria Rosa do Contestado Município de Castro/PR**. Universidade Federal do Paraná, 2020, 72 f.